

**SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E  
EMPREDIMENTOS S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

# **SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREEDIMENTOS S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023**

## **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

**Balancos patrimoniais individuais e consolidados**

**Demonstrações do resultado individuais e consolidadas**

**Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas**

**Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas**

**Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
**CRC 2 SP 013846/O-1**

  
**Henrique Herbel de Melo Campos**  
**Contador CRC 1 SP 181015/O-3**

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.  
CNPJ: 45.083.219/0001-30  
Balanças patrimoniais individuais e consolidadas  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	102	2.786	22.188	Fornecedores	13	45	-	35.247	78.489
Aplicações financeiras	4	17.805	1.657	265.115	180.215	Financiamentos e Debêntures	14	-	-	76.985	73.259
Contas a receber	5	-	-	137.772	155.186	Obrigações tributárias	15	183	9.934	35.827	41.543
Estoques	6	-	-	34.152	57.350	Obrigações sociais		-	-	9.222	7.450
Impostos a recuperar	7	1.535	1.090	34.019	49.159	Dividendos a pagar	18	10.013	26.095	18.156	32.411
Dividendo a receber	18	37.045	25.009	-	-	Arrendamentos a pagar	12	-	-	5.151	3.882
Mútuos	18	-	-	17.709	699	Outras contas a pagar	17	30.404	30.473	97.289	84.559
Despesas antecipadas		-	-	2.865	1.762			<b>40.646</b>	<b>66.502</b>	<b>277.877</b>	<b>321.593</b>
Outras Contas a Receber		-	-	9.753	31.617	<b>Não circulante</b>					
		<b>56.392</b>	<b>27.858</b>	<b>504.170</b>	<b>498.176</b>	Fornecedores	13	-	-	131	131
<b>Não Circulante</b>						Financiamentos e Debêntures	14	-	-	572.217	640.172
Contas a receber	5	-	-	169.000	172.292	Obrigações tributárias	15	-	1.498	12.419	18.876
Precatórios a receber	8	-	-	79.847	83.366	Provisão para demandas judiciais	16	-	234	46.722	64.939
Depósitos judiciais	16	233	225	47.861	56.634	Provisão para desmobilização	12	-	-	8.857	8.009
Imóveis a comercializar		-	-	840	840	Passivo fiscal diferido	23	69.326	48.524	71.438	55.321
Mútuos	18	34.347	22.087	-	-	Arrendamentos a pagar	12	-	-	80.903	49.664
Despesas antecipadas		-	-	-	3.366	Outras contas a pagar	17	-	-	290	35.543
Instrumentos financeiros	9	260.725	196.512	260.725	196.512			<b>69.326</b>	<b>50.256</b>	<b>792.975</b>	<b>872.655</b>
Ativos fiscal diferido	23	38.565	39.065	115.491	113.816	<b>Patrimônio líquido</b>	19				
Outras Contas a Receber		-	-	39.177	45.591	Capital social		1.188.457	1.188.457	1.188.457	1.188.457
Investimentos	10	1.339.060	1.289.082	-	37	Reserva de lucros		430.893	269.614	430.893	269.614
Imobilizado	11	-	-	1.699.850	1.730.499			<b>1.619.350</b>	<b>1.458.071</b>	<b>1.619.350</b>	<b>1.458.071</b>
Intangível		-	-	6.805	7.642	Participação de não controladores		-	-	233.564	256.452
		<b>1.672.931</b>	<b>1.546.971</b>	<b>2.419.596</b>	<b>2.410.595</b>						
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.729.323</b>	<b>1.574.829</b>	<b>2.923.766</b>	<b>2.908.771</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.729.323</b>	<b>1.574.829</b>	<b>2.923.766</b>	<b>2.908.771</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.  
CNPJ: 45.083.219/0001-30  
Demonstrações do resultado individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	20	-	-	937.390	932.104
(-) Custo dos produtos vendidos	21	-	-	(469.846)	(496.926)
<b>(=) Lucro/(prejuízo) bruto</b>		-	-	<b>467.543</b>	<b>435.178</b>
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	21	(1.614)	(7.103)	(114.322)	(118.388)
Resultado de equivalência patrimonial	10	161.796	41.830	(380)	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	21	7.557	33.330	31.927	(3.002)
<b>(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>167.739</b>	<b>68.057</b>	<b>384.768</b>	<b>313.788</b>
Receitas financeiras	22	66.015	3.982	100.279	31.936
Despesas financeiras	22	(694)	(53.887)	(88.300)	(182.108)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>65.321</b>	<b>)</b>	<b>11.979</b>	<b>(150.172)</b>
<b>(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>233.061</b>	<b>18.152</b>	<b>396.747</b>	<b>163.616</b>
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	23	(953)	-	(84.896)	(78.435)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	23	(21.302)	6.221	(19.127)	3.272
<b>(=) Prejuízo do exercício</b>		<b>210.805</b>	<b>24.373</b>	<b>292.724</b>	<b>88.453</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		210.805	24.373	210.805	24.373
Acionistas não controladores		-	-	81.918	64.080
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>210.805</b>	<b>24.373</b>	<b>292.724</b>	<b>88.453</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.  
CNPJ: 45.083.219/0001-30  
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício	19	210.805	24.373	292.724	88.453
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>210.805</b>	<b>24.373</b>	<b>292.724</b>	<b>88.453</b>
<b>Resultado abrangente atribuível a:</b>					
Acionistas controladores		210.805	24.373	210.805	24.373
Acionistas não controladores				81.918	64.080
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>210.805</b>	<b>24.373</b>	<b>292.724</b>	<b>88.453</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.  
CNPJ: 45.083.219/0001-30  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total de Patrimônio Líquido
			Legal	Lucros					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.188.457</b>	<b>41.692</b>	<b>160.358</b>	<b>35.203</b>	-	<b>1.425.711</b>	<b>230.017</b>	<b>1.655.728</b>
Aumento de participação em controladas	19.c	-	-	9.145	-	-	9.145	-	9.145
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	35.203	(35.203)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.373	24.373	64.080	88.453
Dividendos adicional		-	-	-	-	-	-	(31.435)	(31.435)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.158)	(1.158)	(6.210)	(7.368)
Reserva legal		-	1.219	-	-	(1.219)	-	-	-
Reserva de lucros	19.c	-	-	21.997	-	(21.997)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.188.457</b>	<b>42.911</b>	<b>226.703</b>	-	-	<b>1.458.071</b>	<b>256.452</b>	<b>1.174.523</b>
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(14.378)	(14.378)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	210.805	210.805	81.918	292.724
Dividendos adicional		-	-	(39.513)	-	-	(39.513)	(82.286)	(121.799)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(10.013)	(10.013)	(8.143)	(18.156)
Reserva legal		-	10.540	-	-	(10.540)	-	-	-
Reserva de lucros	19.c	-	-	190.252	-	(190.252)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.188.457</b>	<b>53.451</b>	<b>377.442</b>	-	-	<b>1.619.350</b>	<b>233.564</b>	<b>1.852.914</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.  
CNPJ: 45.083.219/0001-30  
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>(=) Prejuízo do exercício</b>		<b>210.805</b>	<b>24.373</b>	<b>292.724</b>	<b>88.453</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>					
Participação de não controladores		-	-	(81.918)	(64.080)
Juros e variações monetárias		(61.184)	400	83.136	91.290
Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	3.443
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber		-	-	-	68
Depreciação e amortização	11	-	164	90.027	109.483
Provisão para contingência		(59)	(347)	18.217	(10.297)
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	11	-	-	47.988	66.777
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso	11	-	23.655	35.496	69.720
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos		-	14.005	-	14.005
Ativo fiscal diferido		21.302	(6.221)	19.127	(44.714)
Ajuste de exercícios anteriores		(1.529)	-	573	-
Lucros não realizados	10	(937)	-	(2.344)	-
Equivalência patrimonial	10	(161.796)	(41.830)	-	-
		<b>6.602</b>	<b>14.199</b>	<b>503.025</b>	<b>324.148</b>
<b>Aumento líquido/(Redução) nos ativos</b>					
Aplicação financeira		(16.148)	(1.657)	(84.900)	(17.279)
Conta s receber		-	3	20.706	(32.283)
Estoques		-	-	23.198	26.202
Precatórios a receber		-	-	3.519	1.938
Impostos a recuperar		(445)	(876)	15.140	33.211
Despesas antecipadas		-	-	2.263	5.803
Outras contas a receber		-	4.119	28.278	38.015
Imóveis a comercializar		-	-	-	2.725
Depósitos judiciais		(8)	-	8.773	(1.267)
<b>Aumento líquido/(redução) nos passivos</b>					
Fornecedores		45	-	(43.242)	8.723
Obrigações tributárias		(9.751)	(35.192)	(12.174)	(28.917)
Obrigações sociais		-	-	1.772	(444)
Receita diferida		-	-	-	1.771
Outras contas a pagar		(69)	(458)	(22.523)	(39.414)
<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(26.375)</b>	<b>(34.061)</b>	<b>(59.189)</b>	<b>(1.216)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de ativo financeiro a valor justo		-	(9.528)	3.029	(9.528)
Aquisição de investimento com participação de não controladores		-	9.145	-	9.145
Mútuo com partes relacionadas	18	(12.260)	(9.780)	-	3.019
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(68.527)	(79.378)
Recebimentos de dividendos de controladas	10	97.546	158.213	3.538	6.341
<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos</b>		<b>85.286</b>	<b>148.050</b>	<b>(61.960)</b>	<b>(70.401)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Aumento / Redução de capital		-	-	(1.250)	-
Arrendamentos pagos		-	-	(6.514)	(6.146)
Mútuo com partes relacionadas	18	-	(15.865)	-	(716)
Empréstimos tomados		-	(20.939)	(142.270)	450.000
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros		-	(38.450)	(129.445)	(637.231)
Pagamento de dividendos		(65.608)	(53.095)	(121.799)	(57.498)
<b>Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>(65.608)</b>	<b>(128.349)</b>	<b>(401.278)</b>	<b>(251.591)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(95)</b>	<b>(161)</b>	<b>(19.402)</b>	<b>940</b>
<b>Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício		102	263	22.188	21.248
No fim do exercício		7	102	2.786	22.188
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(95)</b>	<b>(161)</b>	<b>(19.402)</b>	<b>940</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 27, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 1973.

A Companhia é uma holding das empresas do Grupo Serveng composto pelas Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que tem como objeto construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armazéns e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfáltica e outros minerais; Serveng Energias Renováveis S.A. (Energia Renováveis), que tem como objeto comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; Eolicabras S.A. (Eolicabras) tem como o objeto fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Serveng DI), que tem o objeto de construção e incorporação empreendimentos imobiliários; Mineração Barueri Ltda., Mineração Jambuí Ltda., Mineração Aparecida Ltda. todas no estado de São Paulo e Mineração São Luís Ltda. no estado do Maranhão, tendo os objetivos extração e refino de minerais não metálicos.

Tendo exclusivamente na sua finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa e controla, além de consolidar e maximizar as operações.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 15 de abril de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- **Nota 11** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 24** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- **Nota 12** - Provisões para desmobilização;
- **Nota 16** - Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

### **3.3. Aplicações financeiras**

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

### **3.4. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

### **3.5. Estoques**

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

### **3.6. Imóveis a comercializar**

Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição.

### **3.7. Instrumentos financeiros**

#### **3.7.1. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.7.2. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

### **3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

## **3.8. Investimento**

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

## **3.9. Imobilizado e intangível**

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

## **3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil (“impairment”).

### **3.11. Fornecedores**

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

### **3.12. Empréstimos e financiamentos**

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

### **3.13. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

### **3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

### **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### **3.16. Capital social**

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### **3.17. Apuração do Resultado**

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil e comercialização da operação da Companhia e de suas controladas é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

#### **3.17.1. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

### **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.**

#### **3.18.1. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;**

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

### **3.18.2. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “informações relevantes sobre políticas contabilísticas”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

### **3.18.3. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;**

- **Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:**

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

- **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:**

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

#### **3.18.4. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;**

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### **3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.**

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

### 3.19.1. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Civilsan S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2023	2022
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Corumbá Concessões S.A.	Integral / Indireto	47,83	47,83
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Eolicabras S.A.	Integral / Direto	100,00	100,00
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Mineração Aparecida Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração Barueri Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração Jambeiro Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração São Bento Ltda. (b)	Integral / Indireto	100,00	100,00
Mineração São Luís Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral / Indireto	-	99,98
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	99,97
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Residencial Acqua Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral / Indireto	-	2,80
Serveng Cairo Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Direto	-	85,45
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Integral / Direto	-	99,45
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral / Indireto	99,58	99,58
Serveng Pindamonhangaba Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Residencial Campinas Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Residencial Galatea Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Residencial Mogi Vista I Empreend. Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Residencial Mogi Vista II Empreend. Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Residencial Padroeira Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Residencial Vila Guilherme Empreend. Imobiliário Ltda.	Integral / Direto	-	100,00
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	Integral / Indireto	100,00	100,00
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral / Indireto	100,00	100,00
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação tem a mesma data-base da controladora.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	7	102	2.786	22.188
Aplicações financeiras (a)	17.805	1.657	265.115	180.215
	<b>17.812</b>	<b>1.759</b>	<b>267.901</b>	<b>202.403</b>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2023 (12,39% a.a. em 2022).

## 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber de terceiros	323.719	353.620
Medições a faturar (a)	20.145	20.145
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(37.092)	(46.287)
	<b>306.772</b>	<b>327.478</b>
Circulante	137.772	155.186
Não Circulante	169.000	172.292

- (a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização de sua controlada.

## 6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2023	2022
Produtos acabados	21.635	28.542
Imóveis a comercializar	-	489
Terrenos a incorporar	-	19.589
Outros estoques para consumo e manutenção	12.517	8.730
	<b>34.152</b>	<b>57.350</b>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS	-	-	-	-
ICMS	-	-	5.633	4.322
PIS	-	-	3.767	4.587
COFINS	-	-	12.182	16.082
CSLL	4	-	69	5.303
Imposto de renda	1.531	1.090	9.740	12.245
INSS	-	-	2.395	5.740
Outros	-	-	233	880
	<b>1.535</b>	<b>1.090</b>	<b>34.019</b>	<b>49.159</b>

Os créditos são oriundos da operação da Companhia e suas controladas.

## 8. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	67.959	71.478
Prefeitura de Cotia	2.650	2.650
Prefeitura de Osasco(b)	3.025	3.025
AGETOP	2.675	2.675
DER/GO	3.531	3.531
Outros (b)	7	7
	<b>79.847</b>	<b>83.366</b>

(a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, tendo o vencimento final em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está sendo cobrado judicialmente e atualizados monetariamente até novembro de 2009, pelo índice de atualização definido judicialmente em 2022 a Companhia verificou a expectativa do montante e decidiu não reajustar entendendo que o montante provisionado é suficiente do que está discussão.

(b) Outros precatórios, a receber refere-se a contratos de obras executados pela Companhia para diferentes órgãos.

## 9. INSTRUMENTO FINANCEIRO

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controlado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Instrumentos mensurados ao valor justo (a)	260.725	196.512	260.725	196.512
	<b>260.725</b>	<b>196.512</b>	<b>260.725</b>	<b>196.512</b>

(a) O principal ativo financeiro da empresa composto por ações negociadas em Bolsa de Valores, está classificado na categoria Contas a Receber à longo prazo. Estão mensurados ao custo amortizado, os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

## 10. INVESTIMENTOS

Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	1.289.082	1.384.101
(+/-) Aumento ou redução do Investimento	-	(17.911)
Reversão de dividendos	(3.406)	
(-) Dividendos recebidos e /ou proposto	(109.349)	(119.875)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (i)	161.796	41.830
(-) Lucro não realizado	937	937
<b>(=) Total da Movimentação de Investimento</b>	<b>1.339.060</b>	<b>1.289.082</b>
<b>Dividendos recebidos</b>		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios anteriores	21.603	63.347
Dividendos adicional recebidos no exercício	75.943	94.866
	<b>97.546</b>	<b>158.213</b>

(i) Resultado de equivalência patrimonial em suas controladas.

Empresa	Patrimônio Líquido	Participação no Capital	Investimento		Equivalência Patrimonial	
			2023	2022	2023	2022
Serveng Civilsan S.A.	412.830	100,00%	412.830	435.128	(21.047)	(78.537)
Serveng Energias Renováveis S.A.	904.448	99,58%	900.664	848.670	155.977	90.957
Eolicabras S.A.	(30.546)	100,00%	(30.546)	(25.416)	(5.129)	(1.901)
Serveng DI	-	-	-	6.880	(109)	247
Mineração Jambeiro Ltda.	19.597	100,00%	19.597	12.925	9.704	7.697
Mineração Aparecida Ltda.	24.388	100,00%	24.388	15.342	10.047	10.160
Mineração Barueri Ltda.	28.137	100,00%	28.337	14.709	10.222	11.917
Mineração São Luís Ltda.	6.509	100,00%	6.509	4.500	2.131	1.290
Participações em controladas			1.361.779	1.312.738	161.796	41.830
Lucro não realizado			(22.719)	(23.656)	-	-
			<b>1.339.060</b>	<b>1.289.082</b>	<b>161.796</b>	<b>41.830</b>

## 11. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2023	2022
Terrenos	509	1.245
Reservatórios, barragens e adutoras	385.180	396.321
Aerogeradores	1.062.298	1.109.272
Edifícios e construções	2.349	2.598
Equipamentos de informática	1.503	2.040
Instalações e benfeitorias	38.438	68.920
Máquinas e equipamentos	167.383	134.509
Móveis e utensílios	664	2.045
Veículos	32.008	14.935
Direito de uso	47.676	49.935
Imobilizado em andamento	13.047	2.227
( - ) Lucro não realizado	(51.205)	(53.548)
	<b>1.699.850</b>	<b>1.730.499</b>

A Companhia e suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

<b>Consolidado</b>								
Descrição	Taxa	2023	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2021
<b>Custo</b>								
Terrenos	-	509	-	(736)	1.245	-	(362)	1.607
Reservatórios, barragens e adutoras	3 a 25	570.823	932	-	569.891	-	(165)	570.056
Aerogeradores	3 a 25	1.414.469	174	-	1.414.295	-	158	1.414.137
Edifícios e construções	3 a 25	11.439	-	(64)	11.503	-	(6.669)	18.172
Equipamentos de informática	3 a 25	9.087	717	(199)	8.569	434	(556)	8.691
Instalações e benfeitorias	3 a 25	51.367	65	(28.576)	79.878	29.918	-	49.960
Máquinas e equipamentos	3 a 25	413.618	29.412	(4.698)	388.904	30.456	(45.375)	403.823
Móveis e utensílios	3 a 25	4.142	183	(1.749)	5.708	232	(815)	6.291
Veículos	3 a 25	102.403	24.536	(11.931)	89.798	16.286	(35.441)	108.953
Direito de uso	3 a 25	62.472	2.653	-	59.819	-	(7.289)	67.108
Imobilizado em andamento	3 a 25	13.047	10.855	(35)	2.227	2.052	(1.079)	1.254
<b>Total do Custo</b>		<b>2.653.376</b>	<b>69.527</b>	<b>(47.988)</b>	<b>2.631.837</b>	<b>79.378</b>	<b>(97.593)</b>	<b>2.650.052</b>
<b>Depreciação</b>								
Reservatórios, barragens e adutoras		(185.643)	(12.073)	-	(173.570)	(11.353)	-	(162.217)
Aerogeradores	3 a 25	(352.171)	(47.148)	-	(305.023)	(47.196)	-	(257.827)
Edifícios e construções	3 a 25	(9.090)	(185)	-	(8.905)	(617)	6.274	(14.562)
Equipamentos de informática	3 a 25	(7.584)	(1.055)	-	(6.529)	(387)	731	(6.873)
Instalações e benfeitorias	3 a 25	(12.929)	(1.971)	-	(10.958)	(12.300)	11.260	(9.918)
Máquinas e equipamentos	3 a 25	(246.235)	(15.216)	23.376	(254.395)	(60.865)	-	(193.530)
Móveis e utensílios	3 a 25	(3.478)	(94)	279	(3.663)	(520)	85	(3.228)
Veículos	3 a 25	(70.395)	(7.373)	11.841	(74.863)	(2.418)	8.386	(80.831)
Direito de uso		(14.796)	(4.912)	-	(9.884)	(273)	226	(9.837)
<b>Total da Depreciação</b>		<b>(902.321)</b>	<b>(90.027)</b>	<b>35.496</b>	<b>(847.790)</b>	<b>(135.929)</b>	<b>26.962</b>	<b>(738.823)</b>
(-) Lucros Não Realizados		(51.205)	2.343	-	(53.548)	1.407	30.840	(85.795)
		<b>1.699.850</b>	<b>(18.157)</b>	<b>(12.492)</b>	<b>1.730.499</b>	<b>(55.144)</b>	<b>(39.791)</b>	<b>1.825.434</b>

## 12. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de outorgas e arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Direito de uso do ativo arrendado	62.472	59.819
Amortização do exercício	(14.796)	(9.885)
Saldo contábil líquido	<b>47.676</b>	<b>49.934</b>
	Consolidado	
	2023	2022
<b>Passivo</b>		
Arrendamento a pagar	9.062	6.230
(-) Juros a apropriar	(3.911)	(2.348)
	5.151	<b>3.882</b>
Arrendamento a pagar	105.450	80.840
(-) Juros a apropriar	(24.547)	(31.176)
Provisão de Desmobilização (a)	8.857	8.009
	<b>89.760</b>	<b>57.673</b>
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>94.911</b>	<b>61.555</b>

### Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) As controladas possuem contratos de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre as outorgas e os arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:



<b>Vencimento no longo prazo</b>	<b>Consolidado</b>
2025	5.151
2026	5.151
2027	5.151
2028	5.151
2029 em diante	60.299
	<b>80.903</b>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

### 13. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fornecedores Serviços	30.051	74.131
Material	5.117	3.652
Outros	78	706
	<b>35.247</b>	<b>78.489</b>

O saldo de fornecedores das Controladas refere-se a prestações de serviços, materiais designados a operações da atividade. Os títulos têm vencimentos em curto prazo e são regularmente liquidados.

### 14. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

<b>Abertura do Saldo Contábil</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Financiamento BNB (b)	281.168	300.565
Debêntures (a)	366.496	412.866
Capital de Giro	1.538	-
Saldo contábil	<b>649.202</b>	<b>713.431</b>
Circulante	76.985	73.259
Não Circulante	572.217	640.172

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2022, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o conseqüente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram recebidos em janeiro de 2023 e usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica. Essas debentures possuem indicador financeiro (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual 1,3. O cálculo consequentemente da manutenção do índice conforme definido em contrato, deve ser efetuado a partir da data de início da emissão, sendo calculado pelas informações consolidadas na Ventos Potiguares Comercializadora de Energia. S.A., no qual foi atingindo em 31 de dezembro de 2023.

- (b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, “*pro rata die*”, com o vencimento final em 15 de janeiro de 2035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

Os contratos estão garantidos pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual 1,3, de com os parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras das Controladas os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2023.

<b>Vencimento no longo prazo</b>	<b>Consolidado</b>
2025	75.447
2026	75.447
2027	75.447
2028	75.447
2029 em diante	270.429
	<b>572.217</b>

## 15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Parcelamento tributários (a)	-	11.432	18.724	34.452
ISS	-	-	1.189	325
COFINS	15	-	9.732	10.146
PIS	2	-	2.113	2.207
ICMS	-	-	923	650
Imposto de renda e Contribuição social	157	-	10.545	11.975
Obrigações previdenciárias	-	-	2.691	554
Outros	9	-	2.329	110
	<b>183</b>	<b>11.432</b>	<b>48.246</b>	<b>60.419</b>
Circulante	<b>183</b>	<b>9.934</b>	<b>35.827</b>	<b>41.543</b>
Não Circulante	-	<b>1.498</b>	<b>12.419</b>	<b>18.876</b>

(a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal.

## 16. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

### 16.1. Ativo contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

### 16.2. Provisões classificadas como perdas prováveis

A Companhia e suas controladoras é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Processos Trabalhistas	-	212	6.886	27.415
Processos Cíveis (i)	-	369	32.028	40.691
Processos Tributários	-	-	7.799	7.130
Outros	-	-	9	-
	-	<b>581</b>	<b>46.722</b>	<b>75.236</b>



- (i) Dentro do montante do saldo o maior valor corresponde a ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da coligada Corumbá Concessões S.A., distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV.
- SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021 mil, orçado em outubro de 2006. Perfazendo o valor da provisão em R\$22.229 mil.

### 16.2.1. Ações das controladas possíveis

#### 16.2.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais tem como objeto, via de regra, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discute nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2023.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

#### 16.2.1.2. Ações cíveis

A Companhia e as controladas são partes nas ações de natureza cível através do polo passível, as quais tem como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$76mil em 31 de dezembro de 2023.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

#### 16.2.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$1.866mil em 31 de dezembro de 2023.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

## 17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Honorários		-	-	33.906
Adiantamento de clientes	-	-	60.589	36.758
Serveng Transportes	29.713	29.713	29.713	29.713
Outros	691	760	7.277	19.725
	<b>30.404</b>	<b>30.473</b>	<b>97.579</b>	<b>120.102</b>
Circulante	30.404	30.473	97.289	84.259
Não Circulante	-	-	290	35.543

## 18. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Energia Renováveis	37.045	21.603	-	-	-	-
Mineração Barueri	-	3.406	-	-	-	-
Mineração Aparecida	-	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos Acionista	-	-	10.013	26.095	10.169	26.201
Outras partes não acionistas	-	-	-	-	7.987	6.210
	<b>37.045</b>	<b>25.009</b>	<b>10.013</b>	<b>26.095</b>	<b>18.156</b>	<b>32.411</b>

  

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Eolicabras	14.348	16.087	-	-	-	-
Mineração Barueri	8.000	6.000	-	-	-	-
Mineração São Luís	-	-	-	-	-	-
Serveng DI	-	-	-	-	-	-
Serveng Civilsan	12.000	-	-	-	-	-
	<b>34.348</b>	<b>22.087</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas, não havendo incidência de juros;

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 19. PATRIMONIO LÍQUIDO

### (a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$1.188.457 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 1.230.081 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal.

### (b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em 2023 o valor destinado foi de R\$10.540 mil e o saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$53.451 mil (R\$42.911 mil em 2022).

### (c) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$377.442 mil (R\$226.703 mil em 2022).



	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldo inicial	226.703	160.359
Aumento em participação em controladas	-	9.145
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	35.203
Dividendos adicionais	(39.513)	-
Lucro líquido do exercício	190.252	21.997
	<b>377.442</b>	<b>226.703</b>

## 20. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

<b>Consolidado</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas</b>		
Receita de Bruta	1.010.155	1.010.833
Impostos sobre faturamento	(72.382)	(78.729)
Devoluções e cancelamentos	(383)	-
<b>Receita líquida</b>	<b>937.390</b>	<b>932.104</b>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pelas operações executada pelas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

## 21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

<b>Classificação por Natureza</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Depreciação e amortização	-	(164)	(82.334)	(79.437)
Custo do produto vendido	-	-	(296.681)	(228.068)
Custo com mão de obra	-	-	(40.597)	(23.248)
Serviços de terceiros	(1.077)	(3.859)	(30.354)	(70.733)
Despesas com seguros	-	(68)	-	(68)
Despesas com pessoal	-	(100)	(24.723)	(64.291)
Despesas com serviços	(39)	-	(16.726)	(18.427)
Despesas tributárias	(723)	(212)	(5.766)	(16.419)
Despesas com arrendamento	-	-	(11.526)	3.248
Contingencias	234	347	-	2.628
Centro de Serviços Compartilhados	-	-	(1.594)	(1.423)
Resultado de impairment	-	39.810	-	19.847
Ajuste de exercícios anteriores	1.529	-	573	-
Dividendos	3.538	-	3.538	-
Outras (despesas)/receitas líquidas	2.481	(9.527)	(45.979)	(141.925)
	<b>5.943</b>	<b>26.227</b>	<b>(552.242)</b>	<b>(618.316)</b>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo do produto vendido	-	-	(469.846)	(496.926)
Despesas administrativas (i)	(1.614)	(7.103)	(114.322)	(118.388)
Outras receitas/ (despesas) líquidas	7.557	33.330	31.927	(3.002)
	<b>5.943</b>	<b>26.227</b>	<b>(552.242)</b>	<b>(618.316)</b>

(i) Inclui a depreciação.

## 22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.831	3.982	35.478	31.359
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	61.184	-	61.184	-
Juros recebidos	-	-	2.925	67
Descontos obtidos	-	-	692	510
	<b>66.015</b>	<b>3.982</b>	<b>100.279</b>	<b>31.936</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	(48.998)	-	(48.998)
Juros sobre empréstimos	-	-	(78.082)	(84.903)
Juros sobre arrendamento	-	-	(5.054)	(4.714)
Impostos sobre operações financeiras	(139)	(460)	(155)	(1.101)
Juros incorridos	(81)	(3.913)	(2.887)	(31.800)
Despesas bancárias	(474)	(516)	(684)	(1.168)
Outras despesas financeiras	-	-	(1.438)	(9.424)
	<b>(694)</b>	<b>(53.887)</b>	<b>(88.300)</b>	<b>(182.108)</b>
<b>Total</b>	<b>65.321</b>	<b>(49.905)</b>	<b>11.979</b>	<b>(150.172)</b>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida:</b>				
Diferenças temporárias	-	-	(3.467)	(2.923)
Prejuízos fiscais	(38.565)	(39.065)	(118.958)	(116.739)
<b>Total diferido ativo</b>	<b>(38.565)</b>	<b>(39.065)</b>	<b>(115.491)</b>	<b>(113.816)</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida:</b>				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	(78.785)	(60.780)	(82.033)	(48.524)
Exclusões temporárias de órgãos público	-	-	-	-
Outras exclusões e adições	9.459	12.256	10.595	(6.797)
<b>Total diferido passivo</b>	<b>(69.326)</b>	<b>(48.524)</b>	<b>(71.438)</b>	<b>(55.321)</b>



<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>(21.302)</b>	<b>6.221</b>	<b>(19.127)</b>	<b>3.272</b>
<b>Demonstração de resultado corrente:</b>				
Impostos de renda	(694.539)	-	(59.427)	(54.904)
Contribuição social	(258.674)	-	(25.469)	(23.531)
Imposto de renda e contribuição social	<b>(953.213)</b>	<b>-</b>	<b>(84.896)</b>	<b>(78.435)</b>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### 24.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### 24.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<b>Consolidado</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Até 2 anos</b>	<b>+ 2 anos</b>
Fornecedores	35.247	-	-

### 24.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

### 24.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles

decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$623.603 no consolidado e R\$17.813 na controladora (R\$607.089 no consolidado e R\$1.759 na controladora em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

## 24.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

## 24.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.786	22.188	2.786	22.188
Aplicações financeiras	265.115	180.215	265.115	180.215
Contas a receber	306.772	327.478	306.772	327.478
Outras contas a receber	48.930	77.208	48.930	77.208
<b>Total</b>	<b>623.603</b>	<b>607.089</b>	<b>623.603</b>	<b>607.089</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	35.247	78.489	35.247	78.489
Dividendos a pagar	18.156	32.592	18.156	32.592
Outras contas a pagar	97.579	120.102	97.579	120.102
<b>Total</b>	<b>150.982</b>	<b>231.183</b>	<b>150.982</b>	<b>231.183</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

## 24.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.786	-	-
Aplicações financeiras	-	265.115	-
Contas a receber	306.772	-	-
Outras contas a receber	48.930	-	-
<b>Total</b>	<b>358.488</b>	<b>265.115</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>			

Fornecedores	-	-	35.247
Dividendos a pagar	-	-	18.156
Outras contas a pagar	-	-	97.579
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>150.982</b>

Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	22.188	-	-
Aplicações financeiras	-	180.215	-
Contas a receber	327.478	-	-
Outras contas a receber	77.208	-	-
<b>Total</b>	<b>426.874</b>	<b>180.215</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	-	-	78.489
Dividendos a pagar	-	-	32.592
Outras contas a pagar	-	-	120.102
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>231.183</b>

#### 24.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

#### 24.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 13,03% (12,39% em 2022) para o CDI e 6,55% (7,20% em 2022) para a TJLP,

sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
<b>Aplicação financeira</b>		CDI					
Receita financeira	100.279	13,03%	13.066	16.333	19.599	9.800	6.533
<b>Financiamentos</b>		TJLP					
(-) Despesa financeira	(88.300)	6.55%	(5.784)	(7.230)	(8.676)	(4.338)	(2.892)
<b>Resultado financeiro</b>			<b>7.282</b>	<b>9.103</b>	<b>10.923</b>	<b>5.462</b>	<b>3.641</b>

## 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

**Thadeu Luciano Marcondes Penido**  
Diretor Presidente

**Cleiton Lameira Falci**  
Contador CRC 1 SP 252875/O-1  
Contador